

que 15% da eletricidade produzida na EU pode ser transferida entre países através de redes interligadas.

dos povos e a sustentabilidade de vida no planeta.

No âmbito do PT 2020, a Mobilidade Urbana Susten-



Para o longo prazo, ano de 2050, o objetivo é o de atingir uma forte descarbonização da economia, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa para 80% a 95%, abaixo dos níveis de 1990 e reduzir significativamente a dependência do sistema de transportes dos combustíveis à base de petróleo, sem sacrificar a sua eficiência e comprometer a mobilidade acessível. Trata-se de uma orientação para uma transformação radical, que só pode servir para melhorar o futuro

tável é apoiada por fundos da União Europeia no Objetivo Temático 4 – apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono.

No PO SEUR, através do Fundo de Coesão com 102 M euros, apoiando: frotas de transportes públicos; bicicletas de uso público; pontos de carregamento elétrico de uso público e medidas de promoção da mobilidade elétrica e da mobilidade sustentável. Com a reprogramação o valor e elegibilidades vão aumentar (ex. financiamento do Metro).

Nos Programas Regionais a Mobilidade Urbana Sustentável (PI 4.5) é apoiada através do FEDER, com 390,5 milhões de euros, contribuindo o PO Norte 2020 com 237 Milhões de euros, nos eixos prioritários EP3 – Economia de Baixo Teor de Carbono e EP 5 – Sistema Urbano, apoiando: o incremento de modos suaves (ciclovias e zonas pedonais); interfaces de transportes; integração multimodal para os transportes públicos através da melhoria de soluções de bilhética integrada; corredores urbanos de procura elevada; sistemas de informação aos utilizadores em tempo real e soluções inovadoras e experimentais de transporte na articulação entre territórios urbanos e rurais.

Os projetos no âmbito da Mobilidade Urbana Sustentável, apoiados com fundos comunitários, estão integrados nos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), elaborados à escala das NUT III, enquadrados na concretização das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial, exi-

gência do Acordo de Parceria, e elaborados mediante convite que a Autoridade de Gestão do PO Norte, a 20 de julho de 2015, dirigiu às Entidades Intermunicipais, CIM/AMP.

Cada PAMUS integra um Programa de Ação de curto/médio prazo, articula medidas de natureza técnica e política com intervenções infraestruturais, focado em objetivos ambientais e energéticos, de redução das emissões de gases com efeito de estufa e de diminuição da intensidade energética nos transportes, identifica os projetos prioritários para efeitos de financiamento no atual quadro Comunitário.

No próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), a EU terá um dos seus focos na inovação e na economia de baixo teor de carbono. A energia e as alterações climáticas continuarão a ser uma das linhas de prioridade no sentido de assegurar a diminuição da dependência energética (Portugal importa 76% da energia que consome e os transportes são responsáveis por 37% da energia fi-

nal consumida), cumprir objetivos definidos para 2030 de redução das emissões de GEE, desenvolver a “Estratégia de Mobilidade com Baixas Emissões”, aprovada em 2016, assegurar a competitividade e a coesão territorial e um futuro melhor para todos.

No próximo QFP, Portugal deveria assumir uma política de cidades mais robusta, incentivando soluções estruturadas e integradas de gestão dos serviços públicos, de soluções tecnológicas urbanas de maior escala, visando a eficiência e sustentabilidade global na gestão das cidades, afetando recursos significativos a um programa de cidades e territórios inteligentes. Num compromisso global e regional, a concretização das políticas deve responder de forma diferente às realidades distintas, no sentido de promover de forma mais eficaz os recursos, promover a coesão, combater as desigualdades no território.

Imagens:

Fonte: site da EU e Câmara Municipal de Bragança

Parlamento Europeu Como funciona o Parlamento Europeu

Os deputados ao Parlamento Europeu com um mandato de 5 anos elegem o seu próprio presidente por um período 2 anos e meio. O presidente representa o Parlamento junto das outras instituições da UE, bem como do resto do mundo, sendo assistido por 14 vice-presidentes. Juntamente com o presidente do Conselho, o presidente do Parlamento Europeu assina todos os atos legislativos após a sua adoção.

OS TRABALHOS NO PARLAMENTO REPARTEM-SE POR DUAS FASES PRINCIPAIS:

– O trabalho nas Comissões parlamentares – preparação da legislação

O Parlamento conta com 23 comissões parlamentares e duas subcomissões, todas responsáveis por um domínio político específico. As comissões examinam as pro-

postas de legislação e os deputados dos diferentes grupos políticos podem apresentar alterações ou mesmo rejeitar propostas. Estes aspetos são igualmente debatidos nos grupos políticos.

– O trabalho nas sessões plenárias – aprovação da legislação

É na sessão plenária que todos os deputados se reúnem no hemiciclo para proceder à votação final do pro-

jeto de legislação e das alterações propostas. Normalmente, estas sessões têm lugar em Estrasburgo, duran-

te quatro dias por mês, mas, por vezes, são realizadas sessões adicionais em Bruxelas.



Campus de Santa Apolónia | 5300-253 Bragança
Tel. 273 303 282 | Fax. 273 325 489
E-mail: ciedbraganca@ipb.pt
Web: <http://www.ciedbraganca.ipb.pt>

PUB

CONTABRI
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE BRIGANTINOS, LDA.

Tel.: +351 273 331 885 – Fax: +351 273 329 939 – aristides@contabri.pt
Av. João da Cruz n.º 158 a 162, esc. 2 e 3 – 5300-178 BRAGANÇA

PUB

Arquitetura
Engenharia

16 Anos

Experiência ao dispôr dos seus projectos.

www.seca.pt

Av. Sá Carneiro n.º 324 | Bragança | geral@seca.pt | 273 092 042